

# INDEPENDÊNCIA E REVOLUÇÃO: TEMAS DA POLÍTICA, DA HISTÓRIA E DA CULTURA VISUAL

 *Cecilia Helena de Salles Oliveira*<sup>1,2</sup>

## RESUMO

Visando colaborar com as questões sugeridas pelo fórum “Às vésperas dos 200 anos da Independência do Brasil: o que e como discutir?”, este artigo procura abordar o tema central das discussões elegendo como eixo analítico as relações entre política, cultura e historiografia. Na primeira parte, o texto recupera e desdobra argumentos em torno da compreensão da Independência como tema da política e como movimento revolucionário que pautou o pensamento e a ação dos protagonistas que vivenciaram a separação de Portugal e a formação do Império no século XIX. Na segunda parte, procura articular o debate político e historiográfico desenvolvido ao longo do século XIX e a emergência de representações e recriações visuais do tema, bem como dos episódios e personagens a ele conectados. O objetivo primordial é lançar interrogações sobre escritas da história e narrativas visuais que ainda hoje povoam a fala de historiadores e o imaginário da sociedade brasileira, visando descobrir seus fundamentos e as razões de sua força persuasiva.

## PALAVRAS-CHAVE

História da Independência – Escrita da História – política – narrativas visuais.

1 Universidade de São Paulo (USP). São Paulo – SP – Brasil.

2 Professora titular sênior no Museu Paulista da Universidade de São Paulo e professora do Programa de Pós-Graduação em História Social da USP.

# REVOLUTION AND INDEPENDENCE: MATTERS OF POLITICS, HISTORY AND VISUAL CULTURE

---

## ABSTRACT

In order to answer the questions suggested in the forum “Às vésperas dos 200 anos da Independência do Brasil: o que e como discutir?”, this article approaches the main subject of the discussion by analyzing the relation between politics, culture and historiography. In the first section, we argue how the Independence of Brazil as a political subject and revolutionary movement grounded the thought and action of the protagonists during Brazil’s separation from Portugal and the formation of the empire in the 19<sup>th</sup> century. The second section articulates the political and historiography debate of the 19<sup>th</sup> century and the emergence of visual representations and reiterations of the matter and the events and characters associated to it. The main objective of this paper is to question historical records and visual narratives that are still stated by historians, as well as the imaginary of Brazilian society, seeking to uncover their foundation and the reasons for their persuasive capacity.

## KEYWORDS

Independence history – policy – History writing – Visual narratives.

“O passado não é livre. Ele é regido, gerido, preservado, explicado, contado, comemorado ou odiado. Quer seja celebrado ou ocultado, permanece uma questão fundamental do presente. Por esse passado, normalmente distante, mais ou menos imaginado, estamos prontos para lutar [...]. nós o apagamos, esquecemos, remetemos à frente de outros episódios, voltamos, reescrevemos a história.”

Régine Robin<sup>3</sup>

“Tornou-se lugar comum a afirmação de que vivemos em um tempo marcado pela força das imagens – e da visão como um dos sentidos fundamentais para a apreensão e decodificação do mundo que nos cerca [...]. O que ver, quando parece que podemos tudo ver em virtude dos meios postos a serviço da escrita da História? Como refletir acerca dessa complexa relação entre o visível e o invisível, que está na raiz mesma do trabalho do historiador, quando os meios de visibilidade do passado parecem infinitamente alargados pela capacidade técnica de arquivamento do passado?”

Manoel Luiz Salgado Guimarães<sup>4</sup>

## 1. Introdução

As interpretações sobre a Independência do Brasil, legadas pela historiografia produzida entre o século XIX e meados do século XX, sofreram transformações profundas nos últimos trinta anos. Em concomitância à produção acadêmica resultante de trabalhos de investigação desenvolvidos no âmbito de programas de pós-graduação em História espalhados pelo país<sup>5</sup>, or-

3 ROBIN, Régine. *A memória saturada*. Campinas: Editora da Unicamp, 2016. p. 31.

4 GUIMARÃES, Manoel Luiz Salgado. Vendo o passado: representação e escrita da história. *Anais do Museu Paulista*, São Paulo, v. 15, n. 2, p. 11-30, 2007. p. 11.

5 Consultar, entre outras, as seguintes obras: BRESCIANI, Maria Stella; NAXARA, Márcia (org.). *Memória e (res)sentimentos*: indagações sobre uma questão sensível. 2. ed. Campinas: Editora da Unicamp, 2004; GUIMARÃES, Lucia Maria Paschoal; PRADO, Maria Emília (org.). *O liberalismo no Brasil Imperial*. Rio de Janeiro: Revan; Uerj, 2001; CARVALHO, José Murilo (org.). *Nação e cidadania no Império*: novos horizontes. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2007; RIBEIRO, Gladys Sabina (org.). *Brasileiros e cidadãos*: modernidade política, 1822-1930. São Paulo: Alameda, 2008; GRINBERG, Keila; SALLES, Ricardo (org.). *O Brasil Imperial, 1808/1889*. Rio de Janeiro: Civilização

ganizaram-se grupos de pesquisa, a exemplo daquele coordenado por István Jancsó na década de 2000<sup>6</sup>, que, reunindo estudiosos de diferentes instituições, contribuíram enormemente para ampliar, sofisticar e tornar mais complexas as interrogações lançadas sobre esse período histórico.

No estágio atual dos conhecimentos, a Independência do Brasil despregou-se da “memória/história nacional”<sup>7</sup> que a articulava a episódios recortados – como a proclamação de 7 de setembro de 1822 –, a personagens e situações fragmentadas e, particularmente, a uma compreensão restritiva dos processos em curso no início do século XIX, pois estava associada ao marco cronológico e simbólico de uma “emancipação”<sup>8</sup> que pouco ou quase nada parecia representar para a sociedade e a política à época.

Apesar da diversidade metodológica e temática das contribuições mais recentes de historiadores que se dedicam ao período, é possível identificar alguns pressupostos de análise que balizam conhecimentos acumulados desde, pelo menos, os anos de 1980.

---

Brasileira, 2009. 3 v.; MARSON, Izabel Andrade; OLIVEIRA, Cecilia Helena L. de Salles (org.). *Monarquia, liberalismo e negócios no Brasil, 1780-1860*. São Paulo: Edusp, 2013.

6 Trata-se do projeto temático “A fundação do Estado e da Nação brasileiros, 1750-1850” (Fapesp, Universidade de São Paulo e Universidade Federal de São Paulo, 2000-2008). Desse trabalho coletivo, que reuniu pesquisadores de várias universidades do país, resultaram as coletâneas: JANCÓS, István (org.). *Brasil: formação do Estado e da nação*. São Paulo: Fapesp; Hucitec, 2003; JANCÓS, István (org.). *Independência: história e historiografia*. São Paulo: Fapesp; Hucitec, 2005; OLIVEIRA, Cecilia Helena de Salles; BITTENCOURT, Vera Lúcia Nagib; COSTA, Wilma Peres (org.). *Soberania e conflito: configurações do Estado Nacional no Brasil do século XIX*. São Paulo: Hucitec; Fapesp, 2010; BERBEL, Márcia; MARQUESE, Rafael; PARRON, Tâmis. *Escravidão e política: Brasil e Cuba, 1790-1850*. São Paulo: Hucitec; Fapesp, 2010.

7 Sobre o tema, consultar especialmente: NORA, Pierre. *Présent, nation, mémoire*. Paris: Gallimard, 2011.

8 Sobre as significações históricas das expressões “emancipação” e “independência”, consultar: LYRA, Maria de Lourdes Viana. *Memória da Independência: marcos e representações simbólicas*. *Revista Brasileira de História*, São Paulo, v. 15, n. 29, p. 173-206, 1995; NEVES, Lucia Maria Bastos Pereira das. *Emancipação política*. In: VAINFAS, Ronaldo (dir). *Dicionário do Brasil Imperial, 1822-1889*. Rio de Janeiro: Objetiva, 2000. p. 225-228; OLIVEIRA, Cecilia Helena L. de Salles. *A astúcia liberal: relações de mercado e projetos políticos no Rio de Janeiro, 1820-1824*. Bragança Paulista: EDUSE; Ícone, 1999.

Adquiriram relevância pesquisas que discutiram a emergência e desdobramento de projetos políticos e de poder distintos da proposta de monarquia constitucional, identificando-se que, tanto a opção monárquica quanto a construção de um Império na América impuseram-se a outras alternativas sem que estas deixassem de mobilizar segmentos da sociedade nos anos de 1820 e 1830<sup>9</sup>. Explorando e divulgando coleções documentais de natureza variada, a exemplo de periódicos, publicações avulsas, correspondência oficial e particular, decisões de governo no Rio de Janeiro e nas demais províncias, inúmeros estudos revelaram um espectro complexo de propostas políticas, nuançado e enraizado em diferentes segmentos da sociedade colonial, quebrando a interpretação de que, à época, as relações sociais estavam pautadas em oposições binárias simplificadoras da própria dinâmica interna àquela sociedade<sup>10</sup>. Concomitantemente à evidenciação e análise de projetos políticos e sua repercussão, o foco das atenções se deslocou da Corte do Rio de Janeiro para outras cidades e províncias, o que ensejou a compreensão espaço-territorial de

---

9 Consultar, entre outros: BASILE, Marcelo. *Ezequiel Correa dos Santos: um jacobino na Corte do Rio de Janeiro*. Rio de Janeiro: FGV, 2001; BASILE, Marcelo. *O império em construção: projetos de Brasil e ação política na Corte regencial*. 2004. Tese (Doutorado em História) – Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2004; FONSECA, Sílvia Carla Pereira de Brito. *A ideia de República no Império do Brasil: Rio de Janeiro e Pernambuco (1824-1834)*. 2004. Tese (Doutorado em História) – Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2004; BITENCOURT, Vera Lucia Nagib. *Da alteza real a imperador: o governo do príncipe D. Pedro, de abril de 1821 a outubro de 1822*. 2007. Tese (Doutorado em História Social) – Universidade de São Paulo, USP, 2007; OLIVEIRA, Carlos Eduardo França de. *Construtores do império, defensores da província: São Paulo e Minas Gerais na formação do Estado nacional e de poderes locais, 1824-1834*. Porto Alegre: EDIPUCRS, 2017; ALVES, Walquiria de Rezende Tofanelli. *Expectativas para a “nação portuguesa” no contexto da Independência: o projeto de Joaquim José da Silva Maia (1821/1823)*. 2018. Dissertação (Mestrado em História) – Universidade Estadual de Campinas, Campinas, 2018.

10 Cf., entre outros, os artigos da coleção GRINBERG, Keila; SALLES, Ricardo (org.). Op. cit.; NEVES, Lucia Maria Bastos Pereira das. *Corcundas e constitucionais: a cultura política da Independência (1820-1822)*. Rio de Janeiro: Revan; Faperj, 2003; MOREL, Marco. *As transformações dos espaços públicos: imprensa, atores políticos e sociabilidades na cidade imperial, 1820-1840*. São Paulo: Hucitec, 2005; LEME, Marisa Saenz. *Soberania, centralização, federação e confederação no discurso jornalístico da Independência*. *Revista do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro*, Rio de Janeiro, n. 440, p. 25-45, 2009; CARVALHO, José Murilo; BASTOS, Lucia; BASILE, Marcelo (org.). *Guerra literária: panfletos da Independência, 1820-1823*. Belo Horizonte: Editora UFMG, 2014. 4 v.

manifestações e reivindicações que, por muito tempo, haviam ficado submetidas a um olhar fixado no Rio de Janeiro, como se a Corte e a cidade que a abrigava pudessem expressar a diversidade e multiplicidade de circunstâncias que se verificaram, por exemplo, em Belém, em Salvador, no Rio Grande de São Pedro ou mesmo nas regiões de Montevidéu e Buenos Aires<sup>11</sup>.

O reconhecimento de que a Independência resultou de lutas políticas e do embate entre projetos simultâneos – muito embora divergentes no tocante à construção da nação e das instâncias de poder – adveio também de investigações que, ao invés de privilegiarem o lugar do Estado e de sua organização, se voltaram para a produção econômica, as relações de trabalho e, notadamente, para a produção e irradiação da cultura e da cultura política<sup>12</sup>. Menção especial merecem estudos e reflexões que, questionando profundamente o “atraso” e os aparentes desajustes entre a sociedade colonial e a configuração das relações de mercado, indicaram, ao contrário, a compatibilidade entre liberalismo e escravidão e o peso da chamada “segunda escravidão” no movimento de expansão da produção cafeeira no Centro-Sul e da produção açucareira no Nordeste, polos de sustentação de grupos políticos e de pressão que acabaram por dirigir a configuração do Império e da monarquia nas primeiras décadas do Oitocentos<sup>13</sup>.

---

11 Consultar, entre outros: os artigos de OLIVEIRA, Cecilia Helena de Salles; BITTENCOURT, Vera Lúcia Nagib; COSTA, Wilma Peres (org.). Op. cit.; PIMENTA, João Paulo Garrido. *A Independência do Brasil e a experiência hispano-americana, 1808-1822*. São Paulo: Hucitec, 2015; PIMENTA, João Paulo Garrido. *Tempos e espaços das independências: a inserção do Brasil no mundo ocidental (1780-1830)*. São Paulo: Intermeios, 2017.

12 Cf., entre outros: FERES JÚNIOR, João (org). *Léxico da história dos conceitos políticos no Brasil*. Belo Horizonte: Editora UFMG, 2009; GUIMARÃES, Manoel Luiz Salgado. *Historiografia e nação no Brasil (1837-1857)*. Rio de Janeiro: Eduerj, 2011; MOREL, Marco; FERREIRA, Tânia Maria Bessone (org.). *História e imprensa: representações culturais e práticas de poder*. Rio de Janeiro: DP&A; Faperj, 2006; AZEVEDO, Cecilia; ROLLEMBERG, Denise; KNAUSS, Paulo; BICALHO, Maria Fernanda; QUADRAT, Samantha Viz (org.). *Cultura política, memória e historiografia*. Rio de Janeiro: Editora da FGV, 2009; ABREU, Martha; SOIHET, Rachel; GONTIJO, Rebeca (org.). *Cultura política e leituras do passado: historiografia e ensino de história*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira; Faperj, 2007.

13 Sobre o tema, consultar, entre outras, as obras de: FRANCO, Maria Sylvia de Carvalho. *Homens livres na ordem escravocrata*. São Paulo: Instituto de Estudos Brasileiros, 1968; TOMICH, Dale. *Pelo*

Cabe destacar, ainda, na formulação do campo de conhecimentos e pressupostos em que se situam atualmente as análises sobre a Independência, os estudos sobre o universo cultural e conceitual compartilhado pelos protagonistas da separação de Portugal e da organização do Império. O leque de trabalhos que abordaram a imprensa da época e outras formas de manifestação literária e artística, a exemplo das obras editadas pela Tipografia Régia durante o período joanino e da produção da Academia de Belas Artes, trouxe ao debate concepções e formas de entendimento que mostraram ampla circulação e apropriação de ideias de um lado e outro do Atlântico, bem como a difusão de referenciais de pensamento e ação política que encontravam no restante da América seus focos principais. Também nesse âmbito o que os estudos mais recentes indicam é o oposto de possíveis incompatibilidades. As personagens que atuaram naquele período usaram, transformaram e reinterpretaram – segundo interesses, necessidades imediatas e projetos de longo prazo – argumentos, metáforas e premissas constitutivas dos discursos e narrativas da época, que conformavam tanto no continente europeu quanto no americano experiências inéditas de definição e funcionamento de governos constitucionais e representativos<sup>14</sup>.

Nesse sentido, a desvinculação da Independência a um evento singular, possibilitou a recuperação de sua dimensão como *tema da política*, tratado exaustivamente no âmbito das diferentes partes constitutivas do então Império português, sobretudo a partir da se-

---

*prisma da escravidão*: trabalho, capital e economia mundial. São Paulo: Edusp, 2011; MARQUESE, Rafael de Bivar; SALLES, Ricardo (org.). *Escravidão e capitalismo histórico no século XIX*: Cuba, Brasil e Estados Unidos. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2016.

<sup>14</sup> Consultar, entre outras obras, MARSON; OLIVEIRA. Op. cit.; COSTA, Wilma Peres. Entre tempos e mundos: Chateaubriand e a outra América. *Almanack Braziliense*, São Paulo, v. 11, p. 5-25, 2010; BARBOSA, Silvana Mota et al (org). *Estudos de história e política no segundo reinado*. Juiz de Fora, Clio, 2018; BARBOSA, Silvana Mota; BARATA, Alexandre; MARTINS, Maria Fernanda (org.). *Dos poderes do Império*: cultura política, redes sociais e relações de poder no Brasil do século XIX. Juiz de Fora: Editora da Universidade Federal de Juiz de Fora, 2014; SLEMIAN, Andrea. *Sob o império das leis*: constituição e unidade nacional na formação do Brasil (1822-1834). São Paulo: Hucitec, 2009.

gunda metade do século XVIII<sup>15</sup>. Além disso, ganhou força a compreensão da impossibilidade de investigar a Independência fora dos horizontes das revoluções liberais que ocorreram no final do século XVIII e no século XIX na Europa e na América<sup>16</sup>. Vale dizer, o movimento separatista integra os processos políticos, sociais e culturais que resultaram na formação das nações e dos Estados nacionais no mundo ocidental, o que não só aproxima os eventos que ocorriam na América portuguesa das demais experiências coetâneas como provoca o redimensionamento dos aspectos e problemas que os singularizaram.

Nesse sentido, são dois os objetivos primordiais deste artigo. Por um lado, retomar o debate sobre os nexos entre o movimento de Independência e o caráter de revolução que lhe foi atribuído por políticos e historiadores, particularmente no século XIX. Por outro, lançar questionamentos acerca das mediações que entrelaçaram a revolução da Independência, registrada em escritos de diversificada natureza durante o Oitocentos, e suas representações artísticas e visuais, projetadas em gravuras, esculturas e na pintura histórica daquele mesmo período.

## 2. Independência e revolução

De acordo com Duby, “acontecimentos sensacionais”<sup>17</sup> – a exemplo da chegada da Corte portuguesa à cidade do Rio de Janeiro, em 1808; da criação do Reino Unido de Portugal, Brasil e Algarves, em

---

15 Consultar, especialmente: LYRA, Maria de Lourdes Viana. *A utopia do poderoso império*. Rio de Janeiro: Sette Letras, 1994.

16 Consultar os artigos das coletâneas organizadas por Jancsó, já citadas. GUERRA, François-Xavier. *Modernidad e independencias: ensayos sobre las revoluciones hispánicas*. Madrid: Mapfre, 1992; CHIARAMONT, José Carlos. *Nación y Estado en Iberoamérica: el lenguaje político en tiempos de las independencias*. Buenos Aires: Sudamericana, 2004; PIMENTA, João Paulo Garrido. A independência do Brasil como revolução: história e atualidade de um tema clássico. *História da Historiografia*, v. 2, n. 3, p. 53-82, 2009; MARSON; OLIVEIRA. Op. cit.

17 DUBY, Georges. *O domingo de Bouvines*: 27 de julho de 1214. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1993. p. 10.



1815; da oficialização do rompimento entre os Reinos do Brasil e de Portugal, em 1822; da outorga da Carta constitucional do Império, em 1824; e da Abdicação de D. Pedro I, em 1831 – podem apresentar valor inestimável para a compreensão das circunstâncias históricas nas quais se evidenciaram. A grande repercussão que adquiriram, em função das “impressões das testemunhas”, das “ilusões de historiadores” e da “torrente de discursos” e versões que os cercam<sup>18</sup>, convida a problematizá-los e a buscar em seus vestígios e traços os movimentos mais abrangentes e profundos dos quais foram marcante expressão. Convida, também, a lembrar, seguindo o mesmo historiador, que os acontecimentos são fabricados e imortalizados por intermédio de um complexo jogo, “raramente inocente, da memória e do esquecimento”<sup>19</sup>.

Como tive a oportunidade de comentar em outra ocasião,

particularmente os anos de 1822 e de 1831, foram registrados por diferentes sujeitos históricos, a despeito das propostas singulares pelas quais lutaram, como momentos de uma revolução que engendrou a secessão das partes que compunham o Império português e o concomitante surgimento de uma nova entidade política soberana, assentada em governo monárquico constitucional e denominada Império do Brasil. Estas condições foram interpretadas como sendo a demonstração da independência da sociedade e seu delineamento como nação, equiparável às demais.<sup>20</sup>

Dada a associação entre Independência, separação de Portugal e a data de 7 de setembro de 1822, repetida e naturalizada de modo recorrente pelos mais diversos veículos de comunicação, nem sempre é possível atentar para os significados específicos que o vocábulo

---

18 *Ibidem*, p. 10-12.

19 *Ibidem*, p. 12.

20 OLIVEIRA, Cecília Helena de Salles. Repercussões da revolução: delineamento do império do Brasil, 1808-1831. In: GRINBERG, Keila; SALLES, Ricardo (org). *O Brasil imperial*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2009. v. 1. p. 15-54. p. 18. Parte dos argumentos que apresento neste primeiro item do artigo fundamentam-se nesse estudo.

recebeu no início do século XIX. Tampouco se considera que a independência de uma sociedade é conjunto de condições históricas e políticas que se confundem com um único evento, a exemplo da proclamação às margens do Ipiranga, em São Paulo, ainda que ao longo do tempo tenha sido recortado para cumprir o papel de emblema do início de uma nova época<sup>21</sup>.

O termo “independência” adquiriu ressonância no vocabulário político especialmente a partir da deflagração da Revolução de 1820, na cidade do Porto. Foi bastante utilizado em manifestos revolucionários para sublinhar a possibilidade da “nação portuguesa” e dos “portugueses de ambos os mundos” regenerarem os tradicionais princípios monárquicos do Reino, estabelecidos no século XVII com a ascensão de D. João IV de Bragança<sup>22</sup>. A proposta fundamental era a de construir a “independência nacional” articulando a monarquia a uma Constituição que estabelecesse limites ao poder real e garantisse direitos civis e liberdades políticas aos cidadãos do Império. Pretendia-se, por essa via, entre outras exigências, contestar o absolutismo representado por D. João VI e o “despotismo”<sup>23</sup> exercido por ministros, por conselheiros e pela Corte radicada no Rio de Janeiro, desde 1808.

Nessa concepção é que a palavra “independência” foi inicialmente veiculada por segmentos significativos da sociedade colonial

---

21 Sobre a definição da data de 7 de setembro como marco da história do Brasil, ver: OLIVEIRA, Cecilia Helena de Salles; PEIXOTO, Denise. *Dimensões da Independência*: o Museu Paulista da USP e a construção da memória nacional. São Paulo: Museu Paulista/USP, 2004. 1 CD-ROM.

22 Ver, especialmente, o MANIFESTO da nação portuguesa aos soberanos e povos da Europa, dado em Lisboa a 15 de setembro de 1820. In: MACEDO, Roberto. *História administrativa do Brasil*. São Paulo: DASP, 1964. v. 6. p. 202-215.

23 A expressão “despotismo” foi usada tanto em Portugal quanto nas províncias do Brasil nessa época para designar a forma de governo na qual o monarca e os capitães-generais, mesmo agindo de acordo com as leis em vigor, monopolizavam as decisões, inviabilizando a participação dos cidadãos e o conhecimento dos meios pelos quais eram geridos os negócios públicos. Cf. ARENDT, Hannah. *Da revolução*. São Paulo: Ática; Brasília, DF: UnB, 1988; BOBBIO, Norberto. Despotismo. In: BOBBIO, Norberto; MATTEUCCI, Nicola; PASQUINO, Gianfranco (org.). *Dicionário de política*. 12. ed. Brasília: UnB, 1999. 10.vol. p. 339-347.

predispostos a apoiar reivindicações dos liberais vintistas e a promover profundas transformações nos Reinos do Brasil e de Portugal. A expressão apareceu em 1821, em periódicos fluminenses e de outras províncias, a exemplo da Bahia<sup>24</sup>, indissolavelmente entrelaçada à construção de um novo espaço para o exercício do poder político, exprimindo o projeto de um governo representativo que fosse capaz de promover e assegurar os direitos inalienáveis à vida, liberdade e propriedade, bem como sustentar a recomposição da “nação portuguesa” e da unidade do Império, esgarçadas pelas guerras europeias, pelas disputas mercantis envolvendo nações beligerantes, como Grã-Bretanha e França, e pelas modificações econômicas e políticas provocadas pela reorganização da sede da monarquia na América.

Desse modo, “independência” era palavra de mobilização que se contrapunha à “escravidão política”<sup>25</sup>, situação própria ao absolutis-

---

24 Refiro-me especificamente aos periódicos *Revérbero Constitucional Fluminense* (setembro/1821 – outubro/1822) e *Idade d’Ouro do Brasil*, editado na Bahia, desde 1811. Cabe destacar, entretanto, que foram inúmeras as publicações periódicas ou avulsas que avivaram o debate político à época e que, em razão da riqueza e matizes de posicionamentos, possibilitam reconstituir o complexo universo de ideias, propostas e interesses envolvidos na intensa movimentação política. Sobre o tema, consultar, além de BASTOS; OLIVEIRA; ALVES. Op. Cit., as obras: SILVA, Maria Beatriz Nizza da. *A primeira gazeta da Bahia: Idade d’Ouro do Brasil*. São Paulo: Cultrix, 1978; MOREL, Marco. Op. cit. No caso específico da província de Pernambuco, a discussão sobre a incompatibilidade entre *despotismo* e *independência* vinha se processando desde pelo menos 1817. Além disso, tanto no Recife quanto em outras localidades, a experiência acumulada com a organização e atuação de Juntas Governativas, a partir de 1821, veio dar outras feições ao debate sobre o significado e operacionalização de governos constitucionais. Cf. a respeito: BERNARDES, Denis Antônio de Mendonça. *O patriotismo constitucional: Pernambuco, 1820-1822*. São Paulo: Hucitec; Fapesp, 2006.

25 A expressão remete às reflexões de John Locke, no século XVII, e referia-se à submissão do homem livre a qualquer poder arbitrário e absoluto. Segundo o pensador, a liberdade deveria estar submetida exclusivamente ao Poder Legislativo, estabelecido pelo consentimento da sociedade. Nesse sentido, escravidão e trabalho escravo eram situações diferentes. A prática da venda de homens para a exploração do trabalho era encarada como “natural” e corriqueira, nada tendo a ver com a submissão à vontade inconstante e incerta de um governante. Cf. LOCKE, John. Segundo tratado sobre o governo. In: LOCKE, John. *Carta acerca da tolerância; Segundo tratado sobre o governo; Ensaio acerca do entendimento humano*. São Paulo: Abril Cultural, 1973. p.49-60. (Os Pensadores, 18). Sobre o tema, consultar o artigo de FRANCO, Maria Sylvia de Carvalho. “All the world was America”: John Locke, liberalismo e propriedade como conceito antropológico. *Revista USP*, São Paulo, n. 17, p. 31-53, 1993. Cf. também ARENDT. Op. Cit., especialmente os dois primeiros capítulos.

mo, assinalando o momento em que por consentimento voluntário os homens livres uniram-se para instaurar a sociedade civil, concentrando em suas mãos o poder soberano de elaborar as leis e de escolher as autoridades a quem caberia executá-las. O termo referia-se, assim, à prática da cidadania nos termos concebidos pelos protagonistas da Revolução Americana e da Revolução Francesa, representando a condição pela qual os homens livres proprietários, com diferentes graus de fortuna e posição, se julgavam aptos a gerenciar seu próprio destino, administrando e explorando os recursos naturais do território e definindo a forma de governo que deveria reger as relações entre os membros da sociedade<sup>26</sup>.

Entendida desse modo, no início do século XIX, “independência” não se confundia com emancipação e autonomia administrativa, a despeito desta identificação acentuar-se no decorrer do século. Como observou Maria de Lourdes Viana Lyra, a emancipação da colônia era questão discutida desde os programas reformistas elaborados por D. Rodrigo de Souza Coutinho, nos finais do século XVIII<sup>27</sup>. A transferência da sede da monarquia portuguesa para o Rio de Janeiro e a posterior elevação do Brasil à condição de Reino foram consideradas, por diferentes interlocutores do jogo político na América, entre 1821 e 1822, como o reconhecimento, de fato e de direito, da autonomia das diversas partes do território, entendendo-se que o Reino era não só autônomo como ocupava estatuto igual ao de Portugal.

Por outro lado, nesse entendimento estava implícita a possibilidade de que a independência pudesse ser alcançada sem que os vínculos com Portugal fossem rompidos, pois, ao menos nas primeiras movimentações de revolucionários na cidade do Porto, em Lisboa e em províncias do Brasil, o que estava em pauta não era a separação entre as partes do então Império português, mas, sobretudo, a or-

---

26 É de Thomas Paine a frase que define emblematicamente a expressão: “independência quer dizer: faremos nós as nossas leis”, retirando-se do rei – e, no caso, do Parlamento inglês – esse arbítrio. PAINE, Thomas. PAINE, Thomas. Senso Comum. In: WEFFORT, Francisco C. (org.). *Federalistas*. São Paulo: Abril, 1973. p. 69 (Os Pensadores, 29).

27 LYRA, Maria de Lourdes Viana. *A utopia do poderoso império*. Rio de Janeiro: Sette Letras, 1994.

ganização de um governo constitucional e representativo que redefinissem não apenas o exercício do poder, mas os vínculos políticos e econômicos entre as províncias do Brasil, a Corte no Rio de Janeiro, o Reino de Portugal e os demais domínios portugueses na Ásia e especialmente na África.

Foi durante o movimento de luta política, entre 1821 e 1822, que se forjou a associação entre “independência” e separação de Portugal, sem que, no entanto, o termo perdesse seu caráter original. As incongruências evidenciadas entre interesses e reivindicações de deputados de Portugal e deputados das províncias do Brasil, nos debates em Lisboa, apontavam para a impossibilidade de recompor um império português em moldes constitucionais. Ao mesmo tempo, negociações arduamente alinhavadas entre dirigentes do governo sediado no Rio de Janeiro e lideranças provinciais de São Paulo, Minas Gerais, Pernambuco e Bahia abriram caminho para que a decisão do rompimento com Portugal ganhasse respaldo, sem que houvesse consenso em torno desta opção, tampouco a respeito da autoridade do príncipe e do projeto monárquico que parecia representar<sup>28</sup>. Frise-se que, em função da publicidade de múltiplas propostas, dos desencontros e descompassos entre eventos que se desenrolavam em Portugal, nas províncias e na Corte do Rio de Janeiro, as circunstâncias históricas e políticas apresentavam-se profundamente fluidas e indeterminadas nos anos 1820, o que suscita o questionamento de interpretações recorrentes ainda hoje, como as que articulam a Independência a confrontos entre colônia e metrópole ou aquelas que procuram engrandecer o conservadorismo e o caráter de “emancipação” que teria pautado o curso do processo<sup>29</sup>.

---

28 Argumentos e inferências que fundamentam estas observações podem ser encontrados nos livros *A astúcia liberal e A utopia do poderoso Império*, já citados, bem como nos seguintes estudos: SOUZA, Iara Lis Carvalho. *Pátria coroada: o Brasil como corpo político autônomo 1780-1831*. São Paulo: Editora Unesp, 1999; JANCÓS, István (org.). *Brasil: formação do Estado e da nação*. São Paulo: Fapesp; Hucitec, 2003; JANCÓS, István (org.). *Independência: história e historiografia*. São Paulo: Fapesp; Hucitec, 2005; BITTENCOURT, Vera Lucia Nagib. Op. cit.

29 Cf. as obras já citadas de OLIVEIRA, Carlos Eduardo França de Oliveira. Op. cit. e de Cecilia Helena de Salles Oliveira. Consultar, também, a recente tese de Livre-Docência de LEME, Marisa

Ao invés de identificar-se de forma imediata a separação e a um único acontecimento fragmentário localizado no tempo e no espaço, a independência projetava-se como a construção de uma obra política na qual a libertação das opressões e restrições coloniais e do Antigo Regime vinha acompanhada pela quebra do monopólio do poder real e pela participação efetiva dos que se julgavam cidadãos nos negócios públicos, o que seria a garantia da liberdade política.

Como observou Hannah Arendt, as revoluções do século XVIII, e em particular a Revolução Americana, começaram como se fossem restaurações de condições e direitos perdidos ou usurpados em função do arbítrio e do abuso do poder. O que as singularizou foi, sobretudo, a experiência de um novo começo e a compreensão de que “liberdade e libertação não são a mesma coisa; que libertação pode ser a condição da liberdade, mas que não leva automaticamente a ela; [...] e que o verdadeiro conteúdo da liberdade significa a admissão ao mundo da política”<sup>30</sup>.

A análise feita pela filósofa acerca dos acontecimentos na América inglesa, nos fins do século XVIII, torna possível “o esclarecimento de afinidades entre objetivos, estratégias e concepções existentes entre os cidadãos que se comprometeram com um projeto de independência nos Estados Unidos e no Brasil”<sup>31</sup>, ampliando-se e complicando-se o quadro em que se situam eventos e personagens entre 1808 e 1831. Em particular, sublinho “a convicção de que o problema que debatiam não era preferencialmente de ordem social, mas político, pois privilegiava não uma mudança na ordem existente na socieda-

---

Saenz. *Monopólios fiscal e da violência nos projetos de Estado no Brasil independente: um contraponto entre imprensa “liberal radical” e “liberal moderada”*. 2020. Tese (Livre-Docência) – Universidade Estadual de São Paulo, Franca, 2020.

30 ARENDT. Op. cit., p. 24-26. Sobre o tema consultar, também: PASQUINO, Gianfranco. *Revolução*. In: BOBBIO, Norberto; MATTEUCCI, Nicola; PASQUINO, Gianfranco (org.). *Dicionário de política*. 12. ed. Brasília: UnB, 1999. 2 v. p. 1121-1131.

31 MARSON, Izabel Andrade. Hannah Arendt e a revolução: ressonâncias da revolução americana no Império brasileiro. In: MAGALHÃES, Marion Brepohl de; LOPREATO, Christina; DUARTE, André (org.). *A banalização da violência: a atualidade do pensamento de Hannah Arendt*. Rio de Janeiro: Relume-Dumará, 2004, p. 228.

de, mas a escolha do regime de governo”<sup>32</sup>, ressaltando-se que a revolução consistia na luta contra a tirania e a opressão políticos. Ao lado disso, tanto na América inglesa quanto na portuguesa, o debate procurava fugir da vinculação entre revolução, violência e a atuação de “multidões”, associadas à população livre pobre e aos escravos. As rebeliões eram consideradas um estágio a ser superado pela organização de assembleias constituintes e pela promulgação de constituições capazes de delimitar os espaços e as condições para o exercício da política<sup>33</sup>.

Os argumentos de Arendt ajudam a iluminar a compreensão não só da presença do tema da revolução na história e na historiografia do Império<sup>34</sup> como “as experiências diversas” que alvoroçaram “os corações da brava gente brasileira” na década de 1820, nas quais a constituição de um novo corpo político independente associava-se a uma revolução<sup>35</sup>.

Poder-se-ia indagar, então, de que modo, nas primeiras décadas do século XIX, os protagonistas da Independência e do delineamento do Império descreveram e conferiram sentidos ao que denominaram “revolução”. Quais seriam os fundamentos e desígnios desse movimento?

A despeito de Reinhart Koselleck comentar que, desde a segunda metade do século XVIII, o termo “revolução” havia se tornado uma “palavra da moda”, sendo utilizada pelos iluministas para descrever tudo o que se via a partir da perspectiva da transformação e da comoção, a presença desse sentido mais geral coexistiu no discurso político com aquilo que o mesmo historiador denominou “novo hori-

---

32 Ibidem, p. 229.

33 Ibidem, p. 229.

34 MARSON, Izabel Andrade. *Política, história e método em Joaquim Nabuco*: tessituras da revolução e da escravidão. Uberlândia: Editora da UFU, 2008.

35 MATTOS, Ilma Rohloff de. Construtores e herdeiros: a trama dos interesses na construção da unidade política. *Almanack Braziliense*, São Paulo, n. 1, maio 2005, p. 8-26

zonte de expectativa”<sup>36</sup>. Após os acontecimentos na América inglesa e na França, “a revolução conduz a um futuro a tal ponto desconhecido, que conhecê-lo e dominá-lo tornou-se uma contínua tarefa da política”<sup>37</sup>. Assim, essa experiência de aceleração do tempo e de convulsão social adquiriu também o estatuto de conceito, “um princípio regulador tanto para o conhecimento quanto para a ação de todos os homens envolvidos”<sup>38</sup>.

Como ponderaram Maria Stella Bresciani e Vavy Pacheco Borges, desde o século XVIII, “revolução” e “reforma” surgiram simultaneamente no debate político como respostas às demandas por uma sociedade de direitos assegurados pela letra da lei<sup>39</sup>. “A utopia/pesadelo de um mundo de ponta cabeça”<sup>40</sup> está presente nas lutas políticas a partir de então, mostrando-se inviável desfazer as relações entre análises do social, seus movimentos e conflitos, bem como a íntima articulação entre história e poder. Além disso, a palavra “revolução”, ao longo dos confrontos em curso na primeira metade do século XIX, mostrou-se cercada por ambiguidades. Ela podia ser associada à guerra civil, representando, assim, a negação física e moral do adversário, mas era vista também como alternativa limite para preservar direitos e liberdades conquistados ou a conquistar. No debate entre propostas díspares, poderia ser um crime para alguns ou um direito legítimo para outros, evidenciando-se os modos pelos quais o tema e suas apropriações – tal como aconteceu com o tema da independência – sofreram avaliações diferentes: ora positiva, como resistência armada à opressão na defesa de liberdades e garantias constitucio-

---

36 KOSELLECK, Reinhart. *Futuro passado*: contribuição à semântica dos tempos históricos. Rio de Janeiro: Contraponto; Editora PUC-Rio, 2006. p. 67-69

37 Ibidem, p.67-69.

38 Ibidem, p. 67-69.

39 BRESCIANI, Maria Stella; BORGES, Vavy Pacheco. Apresentação. *Revista Brasileira de História*, São Paulo, v. 10, n. 20, p. 7-8, 1991. Mais recentemente o tema da revolução foi tratado por PIMENTA, João Paulo Garrido. A independência do Brasil como revolução: história e atualidade de um tema clássico. *História da Historiografia*, v. 2, n. 3, p. 53-82, 2009.

40 BRESCIANI, Maria Stella ; BORGES, Vavy Pacheco. Op.cit, p.8.



nais, ora negativa, quando associada à violência e à destruição<sup>41</sup>. Para os setores fluminenses e do Centro-Sul que se empenharam na separação de Portugal e na construção de uma monarquia capitaneada pelo Bragança, a revolução, como mobilização contrária à política das Cortes em Lisboa, era necessária e incontornável, mas tornou-se irracional e condenável quando a resistência armada voltou-se contra a autoridade de D. Pedro e da Corte do Rio de Janeiro, no momento mesmo da declaração separatista e depois durante o Primeiro Reinado.

O tema da revolução e as controvérsias que o envolveram encontram-se exemplarmente expostos na obra de José da Silva Lisboa, *História dos principais sucessos do Império do Brasil*<sup>42</sup>. Ali estavam contrapostas uma revolução sangrenta, semelhante ao terror da Revolução Francesa, em andamento em Portugal e que as Cortes reunidas em Lisboa protagonizavam, e uma revolução positiva e legítima que teria ocorrido no Brasil entre 1808 e 1822, conduzida primeiramente por D. João VI e depois por D. Pedro, e que resultou na separação entre os dois Reinos e na configuração de um Império na América. Não se tratava de emancipação, pois esta já estaria assegurada a partir de 1808 e, notadamente, com a elevação do Brasil à condição de Reino equiparado a Portugal.

O ano de 1821 começou no Brasil com a abertura de nova cena política, que foi a origem do estabelecimento do Governo Constitucional, de que [...] resultou o primeiro Império da América [...]. O dia 26 de fevereiro fixa a época a mais memorável no Brasil, pelo grande sucesso [...] em que [...] D. João VI aprovou a nova ordem política de Portugal [...] e mui especialmente pela comparência do Príncipe Real no Governo do

---

41 MARSON, Izabel. Entre a “vertigem” e a razão: representações da revolução na política pernambucana, 1838-1850. *Revista Brasileira de História*, São Paulo, v. 10, n. 20, p. 173-210, 1991.

42 LISBOA, José da Silva. *História dos principais sucessos do Império do Brasil*. Rio de Janeiro: Typ. Imperial e Nacional, 1827. Analisei em detalhe a obra de Silva Lisboa em OLIVEIRA, Cecilia Helena de Salles. Repercussões da revolução: delineamento do império do Brasil, 1808-1831. In: GRINBERG, Keila; SALLES, Ricardo (org). *O Brasil imperial*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2009. v. 1. p. 15-54.

Estado para dirigir a Revolução no Rio de Janeiro que infalivelmente estava a rebentar por maquinações de Demagogos e resolução dos Militares [...]. Consta que o herdeiro da Coroa [...] tinha o bom senso de reconhecer que era vão e perigoso não seguir o espírito do século, que a legislação e administração da monarquia exigiam revisão e reforma, [...] que em boa razão era de esperar que, reunindo-se nas Cortes de Lisboa os Deputados de Portugal e do Brasil, se evitassem os escolhos que a experiência havia mostrado em tais mudanças de leis fundamentais de Estados antigos, e que se fariam as leis orgânicas e regulamentares, as mais convenientes aos interesses e às circunstâncias de um e outro país.<sup>43</sup>

No entanto, ponderou o autor,

os sucessos sobrevividos fizeram malograr a Real esperança; sendo disso causa os despóticos atos das Cortes, que permaneceram empenhadas em destruir todos os laços de fraternidade dos habitantes do Estado Pai e Filho [...] [A] união era impossível depois de haver-lhe o Congresso dado o golpe de graça pelos mortíferos Decretos [de Recolonização] que espoliavam o Príncipe e o Brasil de todas as Honras que o Monarca lhes havia conferido, erigindo assim um muro de Separação, mais vasto que o da China, entre Países co-irmãos.<sup>44</sup>

A partir desse ponto, em que as Cortes em Lisboa foram responsabilizadas inteiramente pelo rompimento, a crônica da “revolução da Independência” mescla-se ao movimento de definição da figura de D. Pedro como grande articulador da unificação das províncias e dos monarquistas constitucionais em torno da fundação de um Império no Brasil. Comparando o príncipe a Júlio César, Lisboa recorreu à história do cônsul romano para ponderar que “a natureza e a fortuna” haviam dado a ambos “a maior e a melhor coisa que podiam para fazer bem a muitos [...] o poder e o querer”<sup>45</sup>. Concomitantemente, delineia-se o perfil dos discordantes e dos resistentes às decisões

---

43 LISBOA, José da Silva. Op. cit. Seção I, Cap. XI.

44 Ibidem, p. 148.

45 Ibidem, Seção I, p. 175.

de D. Pedro. Desqualificados politicamente, foram descritos como rebeldes isolados, meros vendedores de ilusões cuja prática contradizia a palavra, pois ao invés de regenerar a monarquia pretendiam destruí-la e com ela todas as legítimas proteções às liberdades civis. Inspirando-se provavelmente em Benjamin Constant e na divisão que estabeleceu entre a liberdade dos antigos e a dos modernos<sup>46</sup>, Lisboa acusava os adversários de D. Pedro de defender ideias deslocadas de seu tempo e propalar a “anarquia”, tentando convencer o “povo” a apoiar princípios incompatíveis com o grau de “civilização” da sociedade, o que justificaria a imposição de restrições à participação no mundo da política. Designou-os “demagogos”, equiparando republicanos e deputados portugueses nas Cortes. Neste caso, porém, as críticas foram mais contundentes, pois, além de revolucionários “insensatos” tinham ousado “recolonizar” o Brasil, fazer o tempo retroagir e aniquilar a autonomia do Reino, simbolizada na pessoa do príncipe e na presença de um centro de poder estabelecido no Rio de Janeiro.

Pode-se com razão dizer que o dia 7 de setembro de 1822 fixa a 1a. máxima época dos Anais do Brasil e fastos da Sociedade pelo Ato do Príncipe Regente em que deu hercúleo golpe às Cortes de Lisboa, aniquilando a sua arrogada Soberania sobre o Brasil, declarando a total Independência da Nação Brasileira. Por esse ato surgiu na América Austral, na região do Cruzeiro, um Estado livre, como saído do caos [...]. Este vastíssimo Estado não podia por mais tempo dar ao Mundo o Espetáculo de servil submissão ao Governo Revolucionário e Tirânico de Portugal, que, estando emancipado quase todo o Continente Americano, ainda persistia em recolonizar a um País que sentia as

---

46 Escritas em 1819, as reflexões de Constant intituladas “Da liberdade dos antigos comparada a dos modernos” propõem que, entre gregos e romanos, o usufruto da liberdade se relacionava à participação no poder político, diferenciando-se da liberdade dos modernos, que residia, a seu ver, na independência privada. Assim, observou: “o objetivo dos antigos era o de que o poder social fosse compartilhado entre todos os cidadãos de uma mesma pátria. Era isto que nomeavam liberdade. O objetivo dos modernos é a segurança nas atividades privadas, e eles designam liberdade as garantias que as instituições asseguram para isso”. Consultar MANENT, Pierre (dir.). *Les libéraux*. Paris, Hachette, 1986, p. 72.. Sobre a obra de Constant, cf. também FLORENZANO, Modesto. Da força atual do pensamento de Benjamin Constant e da necessidade de reconhecê-lo. *Revista de História*, São Paulo, n. 145, p. 167-180, 2001.

suas forças, e tinha Honra e Valentia para debelar opressores [...]. O dia 12 de outubro de 1822 completou o destino do Brasil [...]. Assim se consumou a Grande obra do Estabelecimento do Primeiro Império Constitucional na América que verossivelmente será o Exemplar Padrão de semelhantes estabelecimentos políticos no Novo Mundo, porque reúne as vantagens de todas as formas regulares de governo, prevenindo os excessos da Democracia, Aristocracia e Monarquia [...]. Este ato foi de Unânime Aclamação dos Povos do Brasil, pois que na Corte do Rio de Janeiro se achavam cidadãos de todas as Províncias da Terra de Santa Cruz.<sup>47</sup>

Contrariando essa interpretação, John Armitage traçou outro percurso para a “revolução da Independência”, na qual os protagonistas principais foram os cidadãos brasileiros<sup>48</sup>. Particularmente entre 1822 e 1831 teria se desenrolado uma “revolução” que não representou apenas a separação política de Portugal, mas o progressivo abandono de práticas “atrasadas” e “absolutistas” que os portugueses haviam deixado como herança, rechaçada pela “gente livre da terra” quando sustentou o movimento contra o primeiro Imperador<sup>49</sup>. Para Armitage,

por mais indignos que tenham sido os agentes empregados na revolução [em 1831], deve-se reconhecer que foi o único meio de se firmar o trono na dinastia de D. Pedro, e de se prevenir a guerra civil, que só teria terminado pela separação das províncias. D. Pedro não era tirano [...] porém seus erros foram grandes e de variadas espécies. Dotado de talento natural, mas destituído de prudência; admirador da forma de governo representativo em perspectiva, mas afastando-se sempre de sua execução prática; enérgico, mas inconstante; estava mais próximo para empreender a libertação do Brasil, do que para dirigir a subseqüente marcha do governo.<sup>50</sup>

---

47 LISBOA, José da Silva. Op. cit., Seção III, cap. XI e XII, p. 52.

48 ARMITAGE, John. *História do Brasil desde a chegada da família de Bragança, em 1808, até a abdicação de d. Pedro I, em 1831*. São Paulo: Edusp; Belo Horizonte: Itatiaia, 1981. Analisei a obra de Armitage no artigo “Repercussões da revolução” (OLIVEIRA, Cecilia Helena Salles de. Op. cit.).

49 ARMITAGE, John. Op.cit., p. 25-38.

50 ARMITAGE, John. Op. cit., p. 226.

Dessa forma, a “revolução da independência” foi apresentada como conjunto de transformações que, se estavam articuladas à transferência da sede da monarquia portuguesa para o Rio de Janeiro, em 1808, não decorria diretamente desse evento. Ao contrário, representava rompimento com práticas e situações anteriores, seja em termos da administração, das leis, dos costumes e da situação econômica da antiga colônia, seja no tocante às pessoas e grupos que exerciam o poder político. Assim, também nesta interpretação, a declaração da independência não podia ser confundida com emancipação e indicava a configuração de outra ordem política, sublinhando-se, neste caso, os princípios do constitucionalismo e da representatividade dos cidadãos. Mas, para construí-la, segundo o autor, foi preciso romper com as tradições, primeiro em relação ao Reino europeu e às Cortes reunidas em Lisboa e, posteriormente, expulsando o imperador português. A proclamação da independência representava uma etapa a ser vencida para que ocorressem as demais alterações necessárias ao “progresso”. Os “patriotas”, em 1822, promoveram a quebra dos vínculos com Portugal e defrontaram-se com a construção das bases de um poder soberano que viesse a estabelecer a integridade do território e, ao mesmo tempo, impedisse as agressões externas e a deflagração de uma “guerra sanguinolenta e duradoura”, dada a presença de propostas republicanas. A monarquia, encarnada na figura de D. Pedro, foi o meio encontrado para

preservar o Brasil de uma anarquia ainda mais fatal do que a que tinha assolado as outrora colônias espanholas [...]. Bem que não houvesse ordens privilegiadas investidas de interesses opostos aos da sociedade, a massa da população estava inteiramente inábil para o exercício do poder político. Conquanto sejam grandes em abstrato as vantagens do governo representativo, a experiência tem mostrado que só se pode este firmar em bases permanentes no seio da paz, e em um estado de avançada ilustração da sociedade; e mesmo nos casos em que concorram elementos próprios para ser fundado, a sua mesma complicação é um sério obstáculo para sua adoção; além do que, consome-se muito tempo antes que se possam vencer os prejuízos nascidos do regime absoluto. Se a transição no Brasil tivesse sido mais violenta, sua estabilidade teria perigado. O regime a que o povo estava acostumado era o monárquico, e este foi o instrumento mais próprio para a introdu-

ção da civilização que faltava, e para se adotarem os aperfeiçoamentos sociais que formam uma parte inerente e essencial do sistema representativo.<sup>51</sup>

A maneira pela qual Armitage narrou as circunstâncias históricas está pautada no reconhecimento da emergência e tangibilidade da nação nas primeiras décadas do século XIX, apontando-se igualmente a matização, a autonomia e a capacidade de mobilização dos sujeitos históricos envolvidos naquele processo político, e que através dele se constituíram cidadãos do Império. Nesse sentido, sua obra expressa exemplarmente a projeção de uma memória do período que se contrapõe à versão consagrada por Silva Lisboa.

O ponto central da divergência não está na certeza do aparecimento da nação, com o que Cairu concordava, mas no modo de flagrar a dinâmica da sociedade e no conteúdo atribuído à revolução e a seus protagonistas. Lisboa engrandeceu o Estado e os Bragança como agentes da revolução, mesmo admitindo a presença e atuação de grupos adversários, o que sugere fissuras na aparência monolítica e linear atribuída às ações da Coroa portuguesa e posteriormente do príncipe herdeiro. Em contrapartida, Armitage descreveu uma trajetória na qual nação e Estado aparecem como entidades que se complementam, pois uma depende da outra para exteriorizar-se, mas ao mesmo tempo se negam, uma vez que ora é a nação que busca revolucionar o Estado, como em 1822 e 1831, ora é o Estado que limita e constrange a coletividade nacional, a exemplo dos episódios de 1823 e 1824, especificamente a dissolução da Assembleia Constituinte pela força armada e a repressão à Confederação do Equador, em Pernambuco. A “revolução da Independência” era para ele necessária, e fora positiva, seja por colocar a antiga colônia na esteira do “progresso” seja por obstar o esgarçamento da sociedade.

As interpretações de Cairu e Armitage foram engendradas em momentos históricos diferentes e pela medição de lugares sociais

---

51 *Ibidem*, p. 227.

também diversos. Ambas, entretanto, demonstram a complexidade das circunstâncias e uma intrincada trama de atores e propostas, evidenciando, sobretudo, as ambiguidades da “revolução” em seu curso e nos modos de descrevê-la e fixá-la como história e memória.

Um estudo sobre a historiografia da Independência revela o quanto essas interpretações influenciaram e guiaram inúmeras outras obras que se tornaram referência no estudo da formação do Império, mesmo as que, a exemplo das formuladas por Varnhagen, Oliveira Lima e Afonso Taunay, nuançaram ou interrogaram o caráter revolucionário do movimento, realçando os vínculos entre Independência e emancipação, bem como traduzindo o processo de separação como uma evolução natural<sup>52</sup>. Porém, à narrativa escrita e aos imaginários gerados pelas figuras de linguagem presentes em textos de variadas características e historicidades agrega-se a imensa produção de representações visuais que, até bem pouco tempo, eram vistas como espelhamentos da “realidade” na qual a nação se configurava.

Quais nexos poderiam ser estabelecidos entre a construção de saberes sobre a história da Independência e a criação de representações visuais sobre essa história e a sociedade que a protagonizou? Que lugar ocuparam essas representações, em especial as que foram idealizadas no século XIX e na primeira metade do século XX, na construção e irradiação dos pressupostos políticos e historiográficos que ainda hoje norteiam muitas das versões sobre o tema da Independência? Não me refiro apenas às obras mais conhecidas e reproduzidas,

---

52 VARNHAGEN, Francisco Adolfo de. *História da Independência do Brasil*. 4. ed. São Paulo: Melhoramentos, s/d.. (1ª. edição 1916); LIMA, Manuel de Oliveira. *Formação histórica da nacionalidade brasileira*. 3. ed. Rio de Janeiro: Topbooks, 2000; São Paulo: Publifolha, 2000 (1ª. edição 1911); LIMA, Manuel de Oliveira. *O movimento de Independência (1821-1822)*. São Paulo: Melhoramentos, 1922; TAUNAY, Afonso d'Escagnolle. *Grandes vultos da independência brasileira*. São Paulo: Melhoramentos, 1922. Uma revisão da historiografia sobre a Independência vem indicando que, desde os anos de 1840, o entendimento da separação de Portugal como movimento revolucionário passou a coexistir com outras formas de classificação daquele momento do passado: emancipação, evolução social e desenvolvimento natural de uma nação comparada a um ser vivo. Trata-se de questão que pretendo aprofundar, concomitantemente, à pesquisa e análise de representações visuais sobre o tema.

como o painel de Pedro Américo<sup>53</sup>, mas a inúmeras gravuras, pinturas e aos retratos que, ao longo do século XIX e notadamente por ocasião do Centenário, em 1922, foram moldando e dando consistência ao panteão nacional de próceres da Independência e de estadistas do Império<sup>54</sup>. Em que medida e a partir de quais pressupostos políticos e culturais a Independência, ora como “revolução” ora como “emancipação”, em diferentes versões, ambiguidades e temporalidades, projetou-se na imaginação visual desse passado opaco, mas sempre retomado, no qual a nação teria sido forjada?

### 3. Independência e representações visuais

As fontes visuais vêm sendo exploradas pela disciplina da História há muito tempo, mas, desde a década de 1980, em particular, acentuou-se a preocupação em conceituar e delimitar um campo específico denominado “cultura visual”, voltado sobretudo para a relevância e amplitude que a visualidade adquiriu com o desenvolvimento de tecnologias de reprodutibilidade de pinturas, gravuras e

---

53 *Independência ou morte*, 1888. O painel foi idealizado especificamente para ornamentar o salão nobre do Monumento do Ipiranga, erguido na cidade de São Paulo, entre 1885 e 1890, para celebrar a proclamação de 1822 e a figura do fundador do Império, Pedro I. Sobre o tema, consultar: OLIVEIRA, Cecilia Helena de Salles; VALLADÃO, Claudia (org.). *O brado do Ipiranga*. São Paulo: Edusp, 1999.

54 Sobre o tema, consultar: OLIVEIRA, Cecilia Helena de Salles. Vidas em paralelo: o Museu Paulista e a construção da memória dos fundadores do Império. In: SEMINÁRIO NACIONAL DO CENTRO DE MEMÓRIA DA UNICAMP, 2019, Campinas. *Anais* [...]. Campinas: Unicamp, 2019. Ver também OLIVEIRA, Cecilia Helena de Salles. Retrato ficcional e implicações historiográficas: a figura de Gonçalves Ledo na decoração interna do Museu Paulista. In: OLIVEIRA, Cecilia Helena L. de Salles (org.). *O Museu Paulista e a gestão de Afonso Taunay*: escrita da história e historiografia, séculos XIX e XX. São Paulo: Museu Paulista da USP, 2017. v. 1. p. 115-158. Ver também DIAS, Elaine. A representação da realeza no Brasil. *Anais do Museu Paulista*, São Paulo, v. 14, n. 1, p. 243-261, 2006; SIMIONI, Ana Paula; LIMA JÚNIOR, Carlos. Heroínas em batalha: figurações femininas em museus em tempos de centenário: Museu Paulista e Museu Histórico Nacional. *Museologia & Interdisciplinaridade*, Brasília, DF, v. 7, p. 31-54, jan./jun. 2018.



fotografias e com a expansão das relações de mercado mundiais, a partir do século XIX<sup>55</sup>.

A cultura visual extrapola manifestações tradicionalmente associadas à arte, em suas diferentes vertentes, como a escultura e a pintura, por exemplo, abrangendo também fotografias, espaços expositivos, museus e representações visuais em movimento, como o cinema e o audiovisual. Um dos focos de análise desse campo é o estudo dos modos culturais de ver, das relações entre o ver e o não ver e dos filtros pelos quais aprende-se a olhar a natureza e a sociedade, discutindo-se, igualmente, os nexos entre ver e conhecer, bem como procedimentos culturais de observação/ação que podem cegar ao invés de esclarecer<sup>56</sup>. Entre outros autores, Roger Chartier lembrou como a produção de imagens – em suportes os mais diferenciados, incluindo filatelia e numismática, por exemplo – estava imbricada ao engendramento e veiculação de discursos sobre o poder, sobre as relações sociais, as hierarquias e formas de dominação<sup>57</sup>. Para ele, a partir das revoluções liberais de fins do século XVIII, as lutas políticas ensinaram, simultaneamente, lutas simbólicas e de representação. Compreende-se, desse modo, o peso de monumentos, pinturas históricas, panteões, esculturas, arcos do triunfo, bandeiras, flâmulas, gravuras e demais formas de representação visual na configuração do universo da política a partir daquele período, em concomitância à construção de memórias e de narrativas históricas que cristalizaram, na escrita e em figuras de linguagem, interpretações sobre episódios, personagens e cronologias<sup>58</sup>.

---

55 Cf., sobre o assunto: KNAUSS, Paulo. O desafio de fazer história com imagens: arte e cultura visual. *ArtCultura*, Uberlândia, v. 8, n. 12, p. 97-115, 2006; MENESES, Ulpiano Toledo Bezerra de. Fontes visuais, cultura visual, História visual: balanço provisório, propostas cautelares. *Revista Brasileira de História*, São Paulo, v. 23, n. 45, p. 11-36, 2003.

56 Cf. GUIMARÃES, Manoel Luiz Salgado. Vendo o passado: representação e escrita da história. *Anais do Museu Paulista*, São Paulo, v. 15, n. 2, p. 11-30, 2007.

57 CHARTIER, Roger. O mundo como representação. *Estudos Avançados*, São Paulo, v. 5, n. 11, p. 173-191, 1991.

58 ANDERSON, Benedict. *Comunidades imaginadas*. 2. ed. São Paulo: Companhia das Letras, 2008; HOBBSAWM, Eric; RANGER, Terence (org.). *A invenção das tradições*. Rio de Janeiro: Paz e Terra,

Paulo Knauss, ao discutir o delineamento da “cultura visual”, salienta não apenas diferentes modos de abordar imagens e representações visuais ao longo do tempo como sublinha outras questões relevantes. A primeira delas diz respeito aos vínculos entre narrativas visuais, produção de sentidos e processos sociais. “Os significados não são tomados como dados, mas como construção cultural”, o que para o autor conduz a uma segunda ordem de questionamentos: “a sociedade também se organiza a partir do confronto de discursos”, e é “nesse terreno que se estabelecem as disputas simbólicas como disputas sociais”<sup>59</sup>. Os processos de produção/atualização de sentidos no âmbito de lutas políticas e de representações levam à compreensão de que, tal como as palavras, mas em dimensão diversa e específica em relação ao texto escrito, as imagens não são manifestações destinadas à contemplação ou mera manipulação, constituindo-se como agentes ativos de mobilização e ação política, bem como de configuração da memória<sup>60</sup>.

Nesse sentido, e focando as interrogações lançadas neste Fórum, considero relevante problematizar as articulações entre política e cultura, entrelaçando produção do saber histórico, política e representações imagéticas, visando com isso aprofundar conhecimentos sobre as narrativas visuais historicamente idealizadas e divulgadas sobre a Independência.

Selecionei nos limites deste artigo apenas algumas das representações que tenho investigado. A primeira delas (Figura 1) é uma litografia anônima datada da década de 1840 e veiculada por Stanislaw Herstal<sup>61</sup>. Chama a atenção como a cena foi composta, o lugar especial destinado à personagem de um indígena, aparentemente subordinado à cultura e aos costumes “civilizados”. Segundo Alfredo

---

1984.

59 KNAUSS, Paulo. Op. cit., p. 100-101.

60 Consultar a esse respeito: VESENTINI, Carlos Alberto. *A teia do fato*: proposta de estudo sobre a memória histórica. São Paulo: Hucitec, 1997. Cf. também ROBIN, Régine. Op. cit.

61 HERSTAL, Stanislaw. *D. Pedro I: estudo iconográfico*. Lisboa: Casa da Moeda, 1972. 3 v.

Bosi, nesse momento do romantismo a discussão sobre as origens e a identidade nacional envolviam a recuperação do bom selvagem que se fez brasileiro, referência a grupos indígenas que teriam se entrelaçado com o colono/colonizador. O indígena na imagem aparece em comunhão com o príncipe e sua pequena comitiva, de modo a obliterar processos de extermínio e dominação que tinham se agudizado, desde os fins do século XVIII, com a expansão das fronteiras agrícolas no Rio de Janeiro e em outras províncias do Centro-Sul. Para Bosi, a projeção do indígena aculturado articula-se à ascensão de grupos conservadores ao poder e ao esgarçamento de propostas liberais reformistas e republicanas, notadamente após a Maioridade de Pedro II<sup>62</sup>. Por outro lado, a figura do bom selvagem dialoga com a naturalização do processo colonizador. Pode-se interpretá-lo, também, como elemento simbólico dos nexos construídos à época entre natureza, cultura e monarquia no Brasil.

---

62 BOSI, Alfredo. *História concisa da literatura brasileira*. 45. ed. São Paulo: Cultrix, 2010.

**Figura 1 – Litografia anônima, c. 1840<sup>63</sup>**



Fonte: HERSTAL, Stanislaw. *D. Pedro I: estudo iconográfico*. Lisboa: Casa da Moeda, 1972.  
1º. v. Foto: José Rosael.

Na mesma época da circulação da imagem, uma publicação na cidade do Rio de Janeiro, *Minerva Brasiliense, Jornal de Ciências, Letras e Artes*, veiculou um longo poema anônimo intitulado “Ipiranga”<sup>64</sup>. O periódico era redigido por Francisco Salles Torres Homem, na ocasião político liberal que havia integrado um dos núcleos mais ativos de políticos românticos, formado por Gonçalves Magalhães, Manuel de Araújo Porto-Alegre e João Manuel Pereira da Silva, entre outros, responsável pela revista *Niterói*, interpretada como o marco do movi-

63 Litografia acompanhada pelos seguintes versos: “Viva o Defensor Perpétuo do Brasil, todos entoam!/ O Brasil independente, Viva, mil vozes pregoam!”.

64 Coleção *Minerva Brasiliense, Jornal de Ciências, Letras e Artes*, edição de agosto de 1844. Acervo Digital da Biblioteca Nacional.

mento romântico no Brasil<sup>65</sup>. Dividido em três partes – “O pedestre”, “O rancho” e “O príncipe” –, o poema apresenta enorme coincidência com a gravura, pois a narrativa relata o caminho percorrido por um índio pedestre para atravessar o vale do Paraíba e entregar a D. Pedro, às margens do riacho do Ipiranga, as cartas que teriam provocado seu heroico gesto no dia 7 de setembro.

A representação seguinte (Figura 2), pertencente ao acervo do Museu Histórico Nacional, é uma pintura denominada *Proclamação da Independência*, datada de 1844, idealizada pelo artista francês François-René Moreaux. Por seu trabalho na preparação dos festejos da coroação de Pedro II, o artista recebeu do Senado do Império a encomenda para elaborar um painel em homenagem à Independência<sup>66</sup>. Em uma primeira aproximação, é possível observar a leveza da cena, sem identificação precisa de logradouro, como na gravura anteriormente mencionada. D. Pedro ocupa o centro da imagem, rodeado por uma multiplicidade de figuras em trajes civis, talvez expressando o que o artista considerava ser a sociedade de cidadãos. Chama atenção a quantidade de crianças, recurso comum à época para conotar a crença no futuro da jovem nação recém-constituída. D. Pedro segura um chapéu, e a relação do monarca com o povo – em especial a aclamação popular – é valorizada, reverberando talvez a intensa discussão política e o forte envolvimento social que cercaram o movimento pela maioria de Pedro II.

---

65 BOSI, Alfredo. Op. cit. Sobre a trajetória de Francisco Salles Torres Homem, consultar MARSON, Izabel Andrade. *Política, história e método em Joaquim Nabuco*: tessituras da revolução e da escravidão. Uberlândia: Editora da UFU, 2008.

66 Sobre François-René Moreaux, consultar SQUEFF, Letícia. Esquecida no fundo de um armário: a triste história da Coroação de Pedro II. *Anais do Museu Histórico Nacional*, Rio de Janeiro, v. 39, 2007, p. 105-128.

**Figura 2 – René Moreaux, Proclamação da Independência, 1844, óleo sobre tela, 244 cm x 383 cm**



Fonte: FILE: Independencia brasil 001.jpg. *Wikimedia Commons*, [s. l.], 12 jun. 2019. Disponível em: [https://commons.wikimedia.org/wiki/File:Independencia\\_brasil\\_001.jpg](https://commons.wikimedia.org/wiki/File:Independencia_brasil_001.jpg). Acesso em: 18 jun. 2020.

Em 1862, foi inaugurado um dos conjuntos escultóricos mais polêmicos do Império (Figura 3), alvo de versões contraditórias, e que até hoje constitui um dos marcos do espaço urbano da cidade do Rio de Janeiro, pois foi erguido na atual Praça Tiradentes, lugar anteriormente denominado Campo de Santana e Praça da Constituição. Trata-se de um espaço emblemático, porque foi palco do suplício de Tiradentes, em 1792, e ali se concentraram manifestações políticas, reunindo populares, eleitores, deputados e tropas nos anos de 1820 e 1830<sup>67</sup>.

<sup>67</sup> OLIVEIRA, Cecilia Helena de Salles. O “Espetáculo do Ypiranga”: mediações entre história e memória. Tese (Livre-Docência) – Universidade de São Paulo, São Paulo, 2000.

**Figura 3 – Estátua equestre de D. Pedro I, Praça Tiradentes, Rio de Janeiro**



ESTÁTUA equestre de D. Pedro I. In: WIKIPÉDIA: a enciclopédia livre. [San Francisco, CA: Wikimedia Foundation, 2019]. Disponível em: [https://pt.wikipedia.org/wiki/Est%C3%A1tua\\_equestre\\_de\\_D.\\_Pedro\\_I](https://pt.wikipedia.org/wiki/Est%C3%A1tua_equestre_de_D._Pedro_I). Acesso em: 18 jun. 2000. Foto: Carlos Luis M. C. da Cruz.

A proposta de erguer-se uma escultura em homenagem a Pedro I vinha sendo discutida pela Câmara Municipal carioca desde a outorga da Carta constitucional, em 1824. Abandonada com a Abdicação, foi cogitada novamente nos anos de 1840, mas somente na década de 1850 a Câmara do Rio de Janeiro conseguiu, graças a rendas obtidas com loterias, os recursos para realizar o concurso público e escolher a melhor solução estética. O projeto uniu duas propostas: a de Louis Roché, escultor francês, e a do artista João Maximiano Mafra, professor da Academia Imperial de Belas Artes<sup>68</sup>.

<sup>68</sup> Sobre a escultura equestre de Pedro I, consultar: KNAUSS, Paulo. A festa da imagem: a afirmação da escultura pública no Brasil do século XIX. 19820, Rio de Janeiro, v. 5, n. 4, out./dez. 2010.

A princípio a inauguração estava prevista para a data de 25 de março de 1862, quando seriam comemorados quarenta anos da proclamação da Independência e trinta e oito anos da Constituição do Império. Fortes chuvas, entretanto, obrigaram a que a festividade fosse adiada, gerando enorme preocupação ao gabinete conservador e a D. Pedro II, que pretendiam evitar a todo custo uma coincidência entre a inauguração e o 7 de abril, conforme o monarca registrou em seu *Diário*<sup>69</sup>. Além disso, tanto na imprensa quanto no Parlamento, a escultura vinha alimentar intenso debate a respeito das relações entre Executivo e Legislativo, das práticas do liberalismo e, sobretudo, acerca daquilo que as oposições ao gabinete da época consideravam ingerências indevidas do poder moderador no andamento dos negócios públicos<sup>70</sup>.

O conjunto escultórico inaugurado em 30 de março daquele ano mostra D. Pedro montando um corcel, trajando uniforme militar de gala e segurando nas mãos a Constituição de 1824. Aliava-se, assim, na mesma representação monumental, o herói libertador e os fundamentos políticos do Estado monárquico.

A estátua equestre foi colocada sobre uma estrutura de bronze e pedra ornamentada por alegorias que fixavam as dimensões do território do Império por intermédio da representação de quatro dos principais rios brasileiros: Amazonas, Paraná, São Francisco e Madeira. Os rios encontram-se materializados por meio de agrupamentos de indígenas (homens, mulheres, crianças) levando apetrechos (arcos, flechas, chocalhos) e animais (jacaré, peixes, aves, tartarugas, tamanduá, capivara) que seriam característicos de cada uma das re-

---

69 PEDRO II. D. *Pedro II: diário de 1862*. Petrópolis: Ministério da Educação e Cultura, 1956. (Anuário do Museu Imperial, 17).

70 Sobre o período, consultar: ABRÊU, Eide Sandra Azevêdo. *O evangelho do comércio universal: Tavares Bastos e as tramas da Liga Progressista e do Partido Liberal (1861/1872)*. São Paulo: Annablume; Fapesp, 2011; SANTOS, Eduardo José Neves. *As múltiplas faces da polêmica liberal: o embate entre Zacarias de Góes, conservadores e progressistas na questão da navegação comercial no Império (1857-1866)*. 2019. Dissertação (Mestrado em História) – Universidade Estadual de Campinas, Campinas, 2019.



giões representadas (Norte, Sul, Leste, Oeste). Enfeitam ainda o monumento os brasões das vinte províncias do Império.

É possível conjecturar que a escultura demarca o tempo, define o espaço (território) e o sujeito da História. D. Pedro não somente proclamara a separação de Portugal como teria se convertido no núcleo político de fundação nacional, materializado no Rio de Janeiro, atuando como polo de convergência de populações e dos diferentes quadrantes do território herdado da colonização.

Vinte e seis anos depois, em 1888, Pedro Américo de Figueiredo e Mello concluía, em Florença, o painel que se tornou, ao longo do século XX, a representação emblemática da proclamação da Independência (Figura 4). A pintura lhe fora encomendada pela Comissão encarregada de erguer, na década de 1880, nas cercanias da cidade de São Paulo, um Monumento a data de 7 de setembro e ao fundador do Império. Trata-se do edifício-monumento do Ipiranga, que desde 1894 passou a abrigar o Museu Paulista, o primeiro museu público de São Paulo, integrado à Universidade de São Paulo em 1963<sup>71</sup>. O painel *Independência ou Morte!* chegou às mãos da Comissão naquele mesmo ano, mas somente por ocasião da abertura do Museu, em 1895, é que se tornou objeto de exposição permanente no local do prédio que lhe fora destinado, o Salão Nobre, ou Salão de Honra, da instituição<sup>72</sup>.

---

71 Sobre a história do Monumento-Museu, consultar, entre outros, WITTER, José Sebastião; BARBUY, Heloisa (org). *Museu Paulista, um monumento no Ipiranga*. São Paulo: Fiesp, 1997.

72 Sobre o artista e o painel “Independência ou Morte!”, consultar: OLIVEIRA, Cecilia Helena de Salles; VALLADÃO, Claudia (org). Op. cit.

**Figura 4 – Pedro Américo, *Independência ou morte*, 1888, óleo sobre tela, 415 cm x 760 cm**



INDEPENDÊNCIA ou Morte (Pedro Américo). In: WIKIPÉDIA: a enciclopédia livre. [San Francisco, CA: Wikimedia Foundation, 2020]. Disponível em: [https://pt.wikipedia.org/wiki/Independ%C3%Aancia\\_ou\\_Morte\\_\(Pedro\\_Am%C3%A9rico\)](https://pt.wikipedia.org/wiki/Independ%C3%Aancia_ou_Morte_(Pedro_Am%C3%A9rico)). Acesso em: 18 jun. 2000.

Um dos objetivos da pintura de História é a produção de testemunho visual sobre eventos e personagens de um passado imaginado, instruindo o público a que se destina, veiculando valores éticos e, sobretudo, promovendo o reconhecimento dos heróis nacionais. Essa forma de arte constitui componente fundamental dos mitos políticos, porque oferece visualidade para aquilo que já desapareceu e não pode mais ser presenciado ou compartilhado em função

da ação transformadora do tempo<sup>73</sup>. Ao estimular a imaginação histórica sobre o passado do país, a pintura de História dialoga com a história-memória nacional construída em instituições como o Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro, por exemplo. No entanto, sua autoridade como projeção de “verdades” fundamenta-se tanto no lugar de sua exposição pública – no caso, o Museu Paulista – quanto nos procedimentos mobilizados pelo artista que, para reconstituir a época em detalhes verossímeis, buscou amparo em registros textuais, objetos, retratos, gravuras e interpretações historiográficas<sup>74</sup>. A pintura de História se propõe a ser um livro que pode ser lido pelos que não sabem ler, exercendo forte impressão emocional e grande influência na percepção da história<sup>75</sup>.

A obra de Pedro Américo vem merecendo estudos e análises que ultrapassam as dimensões da história da Arte no Brasil, bem como a biografia do artista. Há inúmeras questões relacionadas, entre outras, às opções estéticas adotadas pelo pintor, aos protagonistas da cena e à sua disposição espacial na tela e, notadamente, ao traço de Pedro Américo produzido em um momento no qual a pintura de História vinha sofrendo a concorrência e a crítica seja daqueles que valorizavam a fotografia seja dos que encontravam no chamado realismo outras inspirações e temas<sup>76</sup>. No âmbito do debate aqui proposto sublinho três pontos que se articulam mais fortemente com os argumentos que venho desenvolvendo desde o início deste texto.

---

73 COLI, Jorge. Introdução à pintura de história. *Anais do Museu Histórico Nacional*, Rio de Janeiro, v. 39, p. 49-58, 2007.

74 Sobre os procedimentos adotados pelo artista, consultar MELLO, Pedro Américo de Figueiredo e. *O brado do Ypiranga ou a proclamação da Independência do Brasil*: algumas palavras acerca do facto histórico e do quadro que o comemora. Florença: Typ. Da Arte Della Stampa, 1888. Reprodução fac-similar encontra-se em OLIVEIRA, Cecilia Helena de Salles; VALLADÃO, Claudia (org). Op cit.

75 COLI, Jorge. Op. cit., p. 49-58.

76 Consultar, entre outros: ALVES, Caleb Faria. *Benedito Calixto e a construção do imaginário republicano*. Bauru: Edusc, 2003; ROSEMBERG, Liana. *Pedro Américo e o olhar oitocentista*. Rio de Janeiro: Barroso, 2002.

O primeiro deles, que adquiriu forte repercussão à época e posteriormente, diz respeito ao cuidado do artista em explicitar na composição da cena e na paleta de cores selecionada que o berço da Independência e da fundação nacional estava em São Paulo. Diferenciando-se de todas as representações anteriormente mencionadas, no painel consolida-se o laço político e histórico entre a cidade/província de São Paulo, simbolizada pelo riacho do Ipiranga desenhado em primeiro plano, a data de 7 de setembro de 1822 e a história do Brasil.

O segundo ponto a ser sublinhado é a recuperação dos vínculos entre a Independência e o desencadeamento de uma revolução. No folheto que escreveu para justificar suas escolhas e a interpretação histórica que sustentou a criação artística, Pedro Américo estabeleceu uma relação direta entre a particularidade do evento e a dimensão universal da “onda de liberdade” que motivara o “espírito humano” a “quebrar a cadeia de ferro com que jazia agrilhado ao cepo do despotismo”<sup>77</sup>. Desse modo, o artista reconstituía vínculos entre a Independência e a luta da “liberdade contra a tirania”, desencadeada pela Revolução Francesa que, “semelhante à vaga dos mares intertropicais, em sua vertiginosa carreira de continente em continente e de sociedade em sociedade iluminava com sua grimpada de fogo as fragas e escolhos que se opunham à sua passagem”<sup>78</sup>.

Movimento incontornável e incontrolável, como a “revolução” emerge nas representações e na disposição das personagens que o artista construiu? As figuras estáticas de D. Pedro e de sua comitiva estariam subsumidas a um processo mais amplo, mas invisível ao olhar desavisado, que determinou atitudes e decisões flagradas pelo pincel? De que modo compreender a presença de tropeiros e do homem puxando um carro de bois para além da superficialidade de considerá-los espectadores da cena? Complexo, nuançado e repleto de detalhes, o painel, notadamente durante os preparativos dos festejos

77 MELLO, Pedro Américo Figueiredo e. Op. cit, p. 3-6.

78 MELLO, Pedro Américo Figueiredo e. Op. cit., p. 5-6.

do Centenário da Independência, em 1922, foi ocupando, por força da autoridade da instituição museológica em que se encontra e pelos meios de reprodutibilidade da imagem, o espaço simbólico e político de representação emblemática da Independência, interpretada na imediatez dos vínculos entre data, local e personagem.

Mas e a concepção de revolução que guiou o artista? As inúmeras mediações entre a escrita de Pedro Américo e a tela monumental que idealizou carecem ainda de profundas interrogações, complexificadas ainda mais pelo fato de o painel, desde a época das comemorações do Centenário, em 1922, estar envolvido por decoração interna que contempla um panteão nacional, concomitantemente a um conjunto de esculturas e representações de cenas e episódios da história do Brasil<sup>79</sup>. Nesse sentido, o terceiro aspecto que considero importante frisar é o da sobreposição, em um mesmo espaço, de imagens sobre o processo de Independência e de fundação do Império que projetam não só representações artísticas múltiplas, articuladas pela visão de Afonso Taunay, diretor do Museu naquele período, como interpretações historiográficas incongruentes e opacificadas. Ou seja, as imagens demandam análises específicas, mas, simultaneamente, avaliações aprofundadas de suas inter-relações, sentidos e historicidades. Os trinta e um retratos que compõem o panteão, distribuídos pela escadaria central do prédio e pelo Salão de Honra, foram sendo fixados ao longo de mais de uma década e, por força do lugar em que estão fixados, se transformaram em balizas a partir das quais foram definidos os protagonistas da Independência a merecer estudo e atenção, a exemplo de José Bonifácio, Gonçalves Ledo, Padre Feijó, Cipriano Barata e Silva Lisboa, entre outros.

Que características poderiam ser atribuídas à Independência que o Monumento-Museu projetou? De que modo “revolução”, “emancipação” e “evolução”, concepções que atravessam versões historiográficas desde o século XIX, foram traduzidas em representações

---

79 Descrição detalhada da decoração interna do Museu Paulista encontra-se em: TAUNAY, Afonso d'Escragnolle. *Guia da seção histórica do Museu Paulista*. São Paulo: Imprensa Oficial do Estado, 1937.

impactantes, mas bidimensionais, inscritas em profusão de nomes, datas, rostos e paisagens? Por quais percursos essas imagens e seus desígnios, por vezes invisíveis ou escamoteados, vêm sendo atualizados e reproduzidos dentro e fora do campo propriamente historiográfico?

Problematizar vínculos, sobreposições e contradições entre a escrita da História e narrativas visuais sobre a História, particularmente quando se trata de episódio que marca a fundação nacional, implica, a meu ver, seguir as ponderações de Claude Lefort:

Pensar, repensar o político [é] tarefa que deve ser retomada, de uma época para outra [...]. Buscamos a marca do político nos fatos, nos atos, nas representações [...] atentos aos sinais da repetição como aos sinais do novo, evidenciando a dimensão simbólica do social [...]. O político revela-se assim não no que se nomeia atividade política, mas nesse duplo movimento de aparição e de ocultação do modo de instituição da sociedade. Aparição no sentido em que emerge à visibilidade o processo crítico por meio do qual a sociedade é ordenada e unificada, através de suas divisões; ocultação, no sentido em que um lugar da política (lugar onde se exerce a competição dos partidos e onde se forma e se renova a instância geral do poder) designa-se como particular, ao passo que se encontra dissimulado o princípio geral da configuração do conjunto.<sup>80</sup>

Pode-se buscar, igualmente, inspiração em Lucien Febvre quando alerta para o fato de que o objeto primordial do historiador não é “um fragmento do real”, um aspecto isolado da atividade humana, mas “seres humanos dotados de funções múltiplas, de atividades diversas, de preocupações e atitudes variadas, que se entrelaçam, se chocam, se contrariam”. Disso decorre o que denomina “inquietação” do historiador, convidado a retomar, repensar e readequar resulta-

---

80 LEFORT, Claude. *Pensando o político*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1991, p. 14-15 e p. 26-27.

dos conquistados “às condições de existência novas que o tempo e os homens, que os homens no quadro do tempo, não cessam de forjar...

”81

## Bibliografia

- ABREU, Eide Sandra Azevedo. *O evangelho do comercio universal: Tavares Bastos e as tramas da Liga Progressista e do Partido Liberal (1861/1872)*. Sao Paulo: Annablume; Fapesp, 2011.
- ABREU, Martha; SOIHET, Rachel; GONTIJO, Rebeca (org.). *Cultura politica e leituras do passado: historiografia e ensino de historia*. Rio de Janeiro: Civilizacao Brasileira; Faperj, 2007.
- ALVES, Caleb Faria. *Benedito Calixto e a construcao do imaginario republicano*. Bauru: Edusc, 2003.
- ALVES, Walquiria de Rezende Tofanelli. *Expectativas para a “nacao portuguesa” no contexto da Independencia: o projeto de Joaquim Jose da Silva Maia (1821/1823)*. 2018. Dissertacao (Mestrado em Historia) – Universidade Estadual de Campinas, Campinas, 2018.
- ANDERSON, Benedict. *Comunidades imaginadas*. 2. ed. Sao Paulo: Companhia das Letras, 2008.
- ARENDR, Hannah. *Da revolucao*. Sao Paulo: Atica; Brasilia, DF: UnB, 1988.
- ARMITAGE, John. *Historia do Brasil desde a chegada da familia de Braganca, em 1808, ate a abdicacao de d. Pedro I, em 1831*. Sao Paulo: Edusp; Belo Horizonte: Itatiaia, 1981.
- AZEVEDO, Cecilia; ROLLEMBERG, Denise; KNAUSS, Paulo; BICALHO, Maria Fernanda; QUADRAT, Samantha Viz (org.). *Cultura politica, memoria e historiografia*. Rio de Janeiro: Editora da FGV, 2009.
- BARBOSA, Silvana Mota et al. (org.). *Estudos de historia e politica no segundo reinado*. Juiz de Fora: Clio, 2018.
- BARBOSA, Silvana Mota; BARATA, Alexandre; MARTINS, Maria Fernanda (org.). *Dos poderes do Imperio: cultura politica, redes sociais e relacoes de poder no Brasil do seculo XIX*. Juiz de Fora: Editora da Universidade Federal de Juiz de Fora, 2014.

---

81 FEBVRE, Lucien. *Combats pour l'histoire*. 2 ed. Paris: Armand Colin, 1965. p. 20-21.

- BASILE, Marcelo. *Ezequiel Correa dos Santos: um jacobino na Corte do Rio de Janeiro*. Rio de Janeiro: FGV, 2001.
- BASILE, Marcelo. *O imperio em construcao: projetos de Brasil e acao politica na Corte regencial*. 2004. Tese (Doutorado em Historia) – Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2004.
- BERBEL, Marcia; MARQUESE, Rafael; PARRON, Tamis. *Escravidao e politica: Brasil e Cuba, 1790-1850*. Sao Paulo: Hucitec; Fapesp, 2010.
- BERNARDES, Denis Antônio de Mendonca. *O patriotismo constitucional: Pernambuco, 1820-1822*. Sao Paulo: Hucitec; Fapesp, 2006.
- BITTENCOURT, Vera Lucia Nagib. *Da alteza real a imperador: o governo do principe D. Pedro, de abril de 1821 a outubro de 1822*. 2007. Tese (Doutorado em Historia Social) – Universidade de Sao Paulo, USP, 2007.
- BOBBIO, Norberto. Despotismo. In: BOBBIO, Norberto; MATTEUCCI, Nicola; PASQUINO, Gianfranco (org.). *Dicionario de politica*. 12. ed. Brasilia: UnB, 1999. 1º. Vol, p. 339-347.
- BOSI, Alfredo. *Historia concisa da literatura brasileira*. 45. ed. Sao Paulo: Cultrix, 2010.
- BRESCIANI, Maria Stella; BORGES, Vavy Pacheco. Apresentacao. *Revista Brasileira de Historia*, Sao Paulo, v. 10, n. 20, p. 7-8, 1991.
- BRESCIANI, Maria Stella; NAXARA, Marcia (org.). *Memoria e (res)sentimentos: indagacoes sobre uma questao sensivel*. 2. ed. Campinas: Editora da Unicamp, 2004.
- CARVALHO, Jose Murilo (org.). *Nacao e cidadania no Imperio: novos horizontes*. Rio de Janeiro: Civilizacao Brasileira, 2007.
- CARVALHO, Jose Murilo; BASTOS, Lucia; BASILE, Marcelo (org.). *Guerra literaria: panfletos da Independencia, 1820-1823*. Belo Horizonte: Editora UFMG, 2014. 4 v.
- CHARTIER, Roger. O mundo como representacao. *Estudos Avancados*, Sao Paulo, v. 5, n. 11, p. 173-191, 1991.
- CHIARAMONT, Jose Carlos. *Nacion y Estado en Iberoamerica: el lenguaje politico en tiempos de las independencias*. Buenos Aires: Sudamericana, 2004.
- COLI, Jorge. Introducao a pintura de historia. *Anais do Museu Historico Nacional*, Rio de Janeiro, v. 39, p. 49-58, 2007.
- COSTA, Wilma Peres. Entre tempos e mundos: Chateaubriand e a outra



- America. *Almanack Braziliense*, Sao Paulo, v. 11, p. 5-25, 2010.
- DIAS, Elaine. A representacao da realeza no Brasil. *Anais do Museu Paulista*, Sao Paulo, v. 14, n. 1, p. 243-261, 2006.
- DUBY, Georges. *O domingo de Bouvines: 27 de julho de 1214*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1993.
- FEBVRE, Lucien. *Combats pour l'histoire*. 2 ed. Paris: Armand Colin, 1965.
- FERES JUNIOR, Joao (org). *Lexico da historia dos conceitos politicos no Brasil*. Belo Horizonte: Editora UFMG, 2009.
- FLORENZANO, Modesto. Da forca atual do pensamento de Benjamin Constant e da necessidade de reconhecê-lo. *Revista de Historia*, Sao Paulo, n. 145, p. 167-180, 2001.
- FONSECA, Silvia Carla Pereira de Brito. *A ideia de Republica no Imperio do Brasil: Rio de Janeiro e Pernambuco (1824-1834)*. 2004. Tese (Doutorado em Historia) – Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2004.
- FRANCO, Maria Sylvia de Carvalho. *Homens livres na ordem escravocrata*. Sao Paulo: Instituto de Estudos Brasileiros, 1968.
- FRANCO, Maria Sylvia de Carvalho. “All the world was America”: John Locke, liberalismo e propriedade como conceito antropológico. *Revista USP*, Sao Paulo, n. 17, p. 31-53, 1993.
- GRINBERG, Keila; SALLES, Ricardo (org.). *O Brasil Imperial, 1808-1889*. Rio de Janeiro: Civilizacao Brasileira, 2009. 3 v.
- GUERRA, Francois-Xavier. *Modernidad e independencias: ensayos sobre las revoluciones hispanicas*. Madrid: Mapfre, 1992.
- GUIMARAES, Lucia Maria Paschoal; PRADO, Maria Emilia (org.). *O liberalismo no Brasil Imperial*. Rio de Janeiro: Revan; Uerj, 2001.
- GUIMARAES, Manoel Luiz Salgado. Vendo o passado: representacao e escrita da historia. *Anais do Museu Paulista*, Sao Paulo, v. 15, n. 2, p. 11-30, 2007.
- GUIMARAES, Manoel Luiz Salgado. *Historiografia e nacao no Brasil (1837-1857)*. Rio de Janeiro: Eduerj, 2011.
- HERSTAL, Stanislaw. *D. Pedro I: estudo iconografico*. Lisboa: Casa da Moeda, 1972. 3 v.
- HOBBSAWM, Eric; RANGER, Terence (org.). *A invencao das tradicoes*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1984.

- JANCSO, Istvan (org.). *Brasil: formacao do Estado e da nacao*. Sao Paulo: Fapesp; Hucitec, 2003.
- JANCSO, Istvan (org.). *Independencia: historia e historiografia*. Sao Paulo: Fapesp; Hucitec, 2005.
- KNAUSS, Paulo. O desafio de fazer historia com imagens: arte e cultura visual. *ArtCultura*, Uberlandia, v. 8, n. 12, p. 97-115, 2006.
- KNAUSS, Paulo. A festa da imagem: a afirmacao da escultura publica no Brasil do seculo XIX. 19820, Rio de Janeiro, v. 5, n. 4, out./dez. 2010.
- KOSELLECK, Reinhart. *Futuro passado: contribuicao a semantica dos tempos historicos*. Rio de Janeiro: Contraponto; Editora PUC-Rio, 2006.
- LEFORT, Claude. *Pensando o politico*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1991.
- LEME, Marisa Saenz. Soberania, centralizacao, federacao e confederacao no discurso jornalistico da Independencia. *Revista do Instituto Historico e Geografico Brasileiro*, Rio de Janeiro, n. 440, p. 25-45, 2009.
- LEME, Marisa Saenz. *Monopolios fiscal e da violencia nos projetos de Estado no Brasil independente: um contraponto entre imprensa "liberal radical" e "liberal moderada"*. 2020. Tese (Livre-Docencia) – Universidade Estadual de Sao Paulo, Franca, 2020.
- LIMA, Manuel de Oliveira. *O movimento de Independencia (1821-1822)*. Sao Paulo: Melhoramentos, 1922.
- LIMA, Manuel de Oliveira. *Formacao historica da nacionalidade brasileira*. 3. ed. Rio de Janeiro: Topbooks; Sao Paulo: Publifolha, 2000.
- LISBOA, Jose da Silva. *Historia dos principais sucessos do Imperio do Brasil*. Rio de Janeiro: Typ. Imperial e Nacional, 1827.
- LOCKE, John. Segundo tratado sobre o governo. In: LOCKE, John. *Carta acerca da tolerancia; Segundo tratado sobre o governo; Ensaio acerca do entendimento humano*. Sao Paulo: Abril Cultural, 1973. (Os Pensadores, 18).
- LYRA, Maria de Lourdes Viana. *A utopia do poderoso imperio*. Rio de Janeiro: Sette Letras, 1994.
- LYRA, Maria de Lourdes Viana. Memoria da Independencia: marcos e representacoes simbolicas. *Revista Brasileira de Historia*, Sao Paulo, v. 15, n. 29, p. 173-206, 1995.
- MANENT, Pierre (dir.). *Les liberaux*. Paris, Hachette, 1986. 2 v.
- MANIFESTO da nacao portuguesa aos soberanos e povos da Europa, dado em Lisboa a 15 de setembro de 1820. In: MACEDO, Roberto. *Historia ad-*

- ministrativa do Brasil*. Sao Paulo: DASP, 1964. v. 6. p. 202-215.
- MARQUESE, Rafael de Bivar; SALLES, Ricardo (org.). *Escravidao e capitalismo historico no seculo XIX: Cuba, Brasil e Estados Unidos*. Rio de Janeiro: Civilizacao Brasileira, 2016.
- MARSON, Izabel Andrade. Entre a “vertigem” e a razao: representacoes da revolucao na politica pernambucana, 1838-1850. *Revista Brasileira de Historia*, Sao Paulo, v. 10, n. 20, p. 173-210, 1991.
- MARSON, Izabel Andrade. Hannah Arendt e a revolucao: ressonancias da revolucao americana no Imperio brasileiro. In: MAGALHAES, Marion Brepohl de; LOPREATO, Christina; DUARTE, Andre (org.). *A banaliza-cao da violencia: a atualidade do pensamento de Hannah Arendt*. Rio de Janeiro: Relume-Dumara, 2004. p. 227-244 .
- MARSON, Izabel Andrade. *Politica, historia e metodo em Joaquim Nabuco: tes-situras da revolucao e da escravidao*. Uberlandia: Editora da UFU, 2008.
- MARSON, Izabel Andrade; OLIVEIRA, Cecilia Helena L. de Salles (org.). *Mo-narquia, liberalismo e negocios no Brasil, 1780-1860*. Sao Paulo: Edusp, 2013.
- MATTOS, Ilma Rohloff de. Construtores e herdeiros: a trama dos interesses na construcao da unidade politica. *Almanack Braziliense*, Sao Paulo, n. 1, p. 8-26, maio 2005.
- MELLO, Pedro Americo de Figueiredo e. *O brado do Ypiranga ou a proclamacao da Independencia do Brasil*: algumas palavras acerca do facto historico e do quadro que o comemora. Florenca: Typ. Da Arte Della Stampa, 1888.
- MENESES, Ulpiano Toledo Bezerra de. Fontes visuais, cultura visual, His-toria visual: balanço provisório, propostas cautelares. *Revista Brasileira de Historia*, Sao Paulo, v. 23, n. 45, p. 11-36, 2003.
- MOREL, Marco. *As transformacoes dos espacos publicos: imprensa, atores poli-ticos e sociabilidades na cidade imperial, 1820-1840*. Sao Paulo: Hucitec, 2005.
- MOREL, Marco; FERREIRA, Tania Maria Bessone (org.). *Historia e impren-sa: representacoes culturais e praticas de poder*. Rio de Janeiro: DP&A; Faperj, 2006.
- NEVES, Lucia Maria Bastos Pereira das. Emancipacao politica. In: VAIN-FAS, Ronaldo (dir). *Dicionario do Brasil Imperial, 1822-1889*. Rio de Janei-ro: Objetiva, 2000. p. 225-228.
- NEVES, Lucia Maria Bastos Pereira das. *Corcundas e constitucionais: a cultu-ra politica da Independencia (1820-1822)*. Rio de Janeiro: Revan; Faperj,

- 2003.
- NORA, Pierre. *Present, nation, memoire*. Paris: Gallimard, 2011.
- OLIVEIRA, Carlos Eduardo Franca de. *Construtores do imperio, defensores da provincia: Sao Paulo e Minas Gerais na formacao do Estado nacional e de poderes locais, 1824-1834*. Porto Alegre: EDIPUCRS, 2017.
- OLIVEIRA, Cecilia Helena L. de Salles. *A astucia liberal: relacoes de mercado e projetos politicos no Rio de Janeiro, 1820-1824*. Braganca Paulista: EDUSF; Icone, 1999.
- OLIVEIRA, Cecilia Helena de Salles. *O “Espetaculo do Ypiranga”: mediacoes entre historia e memoria*. Tese (Livre-Docencia) – Universidade de Sao Paulo, Sao Paulo, 2000.
- OLIVEIRA, Cecilia Helena de Salles. Repercussoes da revolucao: delineamento do imperio do Brasil, 1808-1831. In: GRINBERG, Keila; SALLES, Ricardo (org). *O Brasil imperial*. Rio de Janeiro: Civilizacao Brasileira, 2009. v. 1. p. 15-54.
- OLIVEIRA, Cecilia Helena de Salles. Retrato ficcional e implicacoes historiograficas: a figura de Goncalves Ledo na decoracao interna do Museu Paulista. In: OLIVEIRA, Cecilia Helena L. de Salles (org.). *O Museu Paulista e a gestao de Afonso Taunay: escrita da historia e historiografia, seculos XIX e XX*. Sao Paulo: Museu Paulista da USP, 2017. v. 1. p. 115-158.
- OLIVEIRA, Cecilia Helena de Salles. Vidas em paralelo: o Museu Paulista e a construcao da memoria dos fundadores do Imperio. In: SEMINARIO NACIONAL DO CENTRO DE MEMORIA DA UNICAMP, 19., 2019, Campinas. *Anais [...]*. Campinas: Unicamp, 2019.
- OLIVEIRA, Cecilia Helena de Salles; BITTENCOURT, Vera Lucia Nagib; COSTA, Wilma Peres (org.). *Soberania e conflito: configuracoes do Estado Nacional no Brasil do seculo XIX*. Sao Paulo: Hucitec; Fapesp, 2010.
- OLIVEIRA, Cecilia Helena de Salles; PEIXOTO, Denise. *Dimensoes da Independencia: o Museu Paulista da USP e a construcao da memoria nacional*. Sao Paulo: Museu Paulista/USP, 2004. 1 CD-ROM.
- OLIVEIRA, Cecilia Helena de Salles; VALLADAO, Claudia (org). *O brado do Ipiranga*. Sao Paulo: Edusp, 1999.
- PAINE, Thomas. Senso comum. In: WEFFORT, Francisco C. (org.). *Federalistas*. Sao Paulo: Abril, 1973. (Os Pensadores, 29).
- PASQUINO, Gianfranco. Revolucao. In: BOBBIO, Norberto; MATTEUCCI, Nicola; PASQUINO, Gianfranco (org.). *Dicionario de politica*. 12. ed. Bra-

- silia: UnB, 1999. 2º. Vol.. p. 1121-1131.
- PEDRO II. D. *Pedro II*: diário de 1862. Petropolis: Ministerio da Educacao e Cultura, 1956. (Anuario do Museu Imperial, 17).
- PIMENTA, Joao Paulo Garrido. A independencia do Brasil como revolucao: historia e atualidade de um tema classico. *Historia da Historiografia*, v. 2, n. 3, p. 53-82, 2009.
- PIMENTA, Joao Paulo Garrido. *A Independencia do Brasil e a experiencia hispano-americana, 1808-1822*. Sao Paulo: Hucitec, 2015.
- PIMENTA, Joao Paulo Garrido. *Tempos e espacos das independencias: a insercao do Brasil no mundo ocidental (1780-1830)*. Sao Paulo: Intermeios, 2017.
- RIBEIRO, Gladys Sabina (org.). *Brasileiros e cidadaos: modernidade politica, 1822-1930*. Sao Paulo: Alameda, 2008.
- ROBIN, Regine. *A memoria saturada*. Campinas: Editora da Unicamp, 2016.
- ROSEMBERG, Liana. *Pedro Americo e o olhar oitocentista*. Rio de Janeiro: Barroso, 2002.
- SANTOS, Eduardo Jose Neves. *As multiplas faces da polemica liberal: o embate entre Zacarias de Goes, conservadores e progressistas na questao da navegacao comercial no Imperio (1857-1866)*. 2019. Dissertacao (Mestrado em Historia) – Universidade Estadual de Campinas, Campinas, 2019.
- SILVA, Maria Beatriz Nizza da. *A primeira gazeta da Bahia: Idade d'Ouro do Brasil*. Sao Paulo: Cultrix, 1978.
- SIMIONI, Ana Paula; LIMA JUNIOR, Carlos. Heroínas em batalha: figuras femininas em museus em tempos de centenario: Museu Paulista e Museu Historico Nacional. *Museologia & Interdisciplinaridade*, Brasilia, DF, v. 7, p. 31-54, jan./jun. 2018.
- SLEMIAN, Andrea. *Sob o imperio das leis: constituicao e unidade nacional na formacao do Brasil (1822-1834)*. Sao Paulo: Hucitec, 2009.
- SOUZA, Iara Lis Carvalho. *Patria coroada: o Brasil como corpo politico autônomo 1780-1831*. Sao Paulo: Editora Unesp, 1999.
- SQUEFF, Leticia. Esquecida no fundo de um armario: a triste historia da Coroacao de Pedro II. *Anais do Museu Historico Nacional*, Rio de Janeiro, v. 39, 2007, p. 105-128.
- TAUNAY, Afonso d'Escagnolle. *Grandes vultos da independencia brasileira*. Sao Paulo: Melhoramentos, 1922.

TAUNAY, Afonso d'Escagnolle. *Guia da secao historica do Museu Paulista*. Sao Paulo: Imprensa Oficial do Estado, 1937.

TOMICH, Dale. *Pelo prisma da escravidao: trabalho, capital e economia mundial*. Sao Paulo: Edusp, 2011.

VARNHAGEN, Francisco Adolfo de. *Historia da Independencia do Brasil*. 4. ed. Sao Paulo: Melhoramentos, s/d.

VESENTINI, Carlos Alberto. *A teia do fato: proposta de estudo sobre a memoria historica*. Sao Paulo: Hucitec, 1997.

WITTER, Jose Sebastiao; BARBUY, Heloisa (org). *Museu Paulista, um monumento no Ipiranga*. Sao Paulo: Fiesp, 1997.

s













